

PROVISÓRIO

SUMÁRIO

Siglas e Abreviaturas	27
Introdução	31

1

As garantias da Magistratura nas Constituições do Brasil	33
1. A Constituição Imperial de 1824 e o Desembarque de Serinhaem.....	33
2. A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891 à luz dos postulados das Revoluções Francesa e Americana	38
3. A efêmera Constituição Federal de 1934	38
4. A Constituição Federal de 1937 e o matiz autoritário.....	39
5. O fortalecimento do Poder Judiciário na Constituição Federal de 1946	40
6. A Constituição Federal de 1967 e a posterior suspensão das garantias	41
7. A dogmática da Constituição Federal de 1988	42
7.1. Diferença deontológica entre garantias e prerrogativas da Magistratura	42
7.2. Vitaliciedade.....	50
7.3. Inamovibilidade e a remoção de juiz substituto	50
7.4. Irredutibilidade de subsídios e a Emenda Constitucional n. 135/2024	52

2

Particularidades decorrentes do Regime Jurídico da Magistratura	57
1. Independência funcional e o solipsismo.....	57
1.1. As balizas primárias.....	57
1.2. Vantagens, presentes, doações e prêmios.....	60
2. Reflexões filosóficas sobre a multiplicidade de atribuições e o misoneísmo	64
2.1. Funções inerentes e proatividade.....	64
2.2. Raízes mitológicas e literárias.....	74
3. Magistratura e magistério	79
3.1. Compatibilidade de horários, cumulação e remuneração	79
3.2. Palestras e conferências.....	84
3.3. <i>Coaching</i> jurídico	86
3.4. Bancas de concursos e comissões de juristas	90
4. Exercício de atividade empresarial.....	91
5. Direito fundamental à liberdade de pensamento e manifestação de opinião	93
5.1. Opinião sobre processos pendentes ou juízo depreciativo sobre decisões.....	94
5.2. A escrita jurídica	97
5.3. Utilização de redes sociais: sistema de prerrogativas e restrições.....	100
5.4. Atividade político-partidária: dedicação e manifestação.....	115
6. Autorização para residir fora da comarca	120
6.1. Hipóteses clássicas	120
6.2. Providências práticas	123
6.3. Revisitação do dever funcional.....	125
6.4. Magistrados com deficiência, necessidades especiais ou doenças graves.....	129
7. Afastamento para cursos de aperfeiçoamento profissional	135
8. Especificidades na movimentação na carreira.....	142
8.1. A valoração da antiguidade como critério de desempate na promoção por merecimento.....	142

8.2.	Regulamentação da permuta.....	150
8.3.	Ação afirmativa em razão de deficiência na promoção por merecimento.....	154
8.4.	Acesso de magistradas aos tribunais de 2º grau	155
8.5.	Crítérios de valoração de aperfeiçoamento técnico (Resolução ENFAM n. 8/2025).....	157
9.	Magistratura feminina	161
9.1.	Instituição da Política Nacional de incentivo à participação feminina	161
9.2.	Repositório Nacional de mulheres juristas.....	162
9.3.	Emprego obrigatório da flexão de gênero	163
9.4.	Bancas examinadoras para ingresso na carreira da magistratura.....	163
9.5.	Acesso de magistradas aos tribunais de 2º grau	164
9.6.	Outras alterações e mecanismos relativos à paridade de gênero	165

3

Principais deveres dos magistrados e suas implicações..... 167

1.	Imparcialidade	167
2.	Prazos.....	172
3.	Urbanidade.....	175
4.	Atendimento	178
5.	Assiduidade	183
6.	Fiscalização.....	187
7.	Integridade.....	187

4

A responsabilidade dos magistrados pelos atos praticados..... 189

1.	A responsabilidade pessoal por atos jurisdicionais.....	189
2.	A normatização da responsabilidade funcional dos magistrados	192
2.1.	Principais fontes.....	192
2.2.	É possível punir com base no Código de Ética da Magistratura?.....	193
2.3.	Uniformização dos procedimentos disciplinares	196
3.	Independência das instâncias penal, civil e administrativa.....	198
4.	O abuso de autoridade e o poder judiciário.....	204
4.1.	Considerações iniciais sobre o termo “abuso”.....	204
4.2.	A Lei n. 4.898/1965 rotulada de autoritária	206
4.2.1.	A desconstrução da interpretação heurística do histórico da lei....	206
4.2.2.	Rememorando os principais aspectos práticos	209
4.3.	A superveniência da Lei n. 13.869/2019.....	211
4.3.1.	Motivos para análise da lei revogada	211
4.3.2.	Passo a passo da tramitação.....	212
4.3.3.	A proteção dos bens jurídicos tutelados na esfera internacional...	221
4.3.4.	Sujeito ativo: magistrados.....	222
4.3.5.	O elemento subjetivo especial do tipo: a pedra de toque	227
4.3.6.	Rui Barbosa e o crime de hermenêutica	229
4.3.7.	A ação penal.....	235
4.3.8.	Os efeitos da sentença penal condenatória	239
4.4.	Tipos penais destinados exclusivamente aos membros do Poder Judiciário ...	242
4.4.1.	A divisão dos tipos penais conforme o sujeito ativo	242
4.4.2.	Medidas de restrição de liberdade (art. 9º, parágrafo único)	246
4.4.3.	Condução coercitiva (art. 10).....	250
4.4.4.	Providências relativas à prisão (art. 19, parágrafo único).....	254
4.4.5.	Decretação de indisponibilidade de ativos financeiros (art. 36)	257
4.4.6.	Interceptação telefônica (art. 10, parágrafo único, da Lei n. 9.296/1996).....	260
4.5.	Os reflexos da Lei de Abuso de Autoridade no PAD.....	261
4.5.1.	Migração de instâncias jurídicas.....	261
4.5.2.	Compilação dos principais reflexos	265

4.5.3. Como ficam os órgãos de fiscalização.....	266
--	-----

5

Conselho Nacional de Justiça 269

1. A relevância do Conselho Nacional de Justiça	269
2. Competência.....	272
2.1. Supremo Tribunal Federal <i>versus</i> Justiça Federal	272
2.2. Conselho Nacional de Justiça <i>versus</i> Corregedorias-Gerais	274
3. Prazo para O CNJ rever processos disciplinares	276
3.1. Revisão disciplinar de ofício	276
3.2. Revisão disciplinar mediante provocação	279
4. Comunicação entre o CNJ e os magistrados	281
5. A autonomia administrativa dos tribunais	282
6. Tramitação eletrônica dos procedimentos das Corregedorias	286

6

As Corregedorias-Gerais dos Tribunais de Justiça 291

1. Evolução histórica no Brasil.....	291
2. A Corregedoria-Geral da Justiça do Tribunal do Paraná.....	294
3. Classificação dos atos dos Corregedores-Gerais.....	295
4. Dois corregedores.....	299

7

Procedimentos das Corregedorias-Gerais 305

1. Introdução.....	305
1.1. Classificações	305
1.2. Investigação preliminar	308
1.3. Sigilo dos expedientes	309
2. Pedido de Providências (PP).....	311
2.1. Direito de petição	311
2.2. Caráter residual.....	312
3. Consultas.....	313
3.1. Objeto.....	314
3.2. Caráter normativo e enunciados.....	315
4. Representação por excesso de prazo (REP).....	318
4.1. Legitimidade e interesse	319
4.2. Qualificação e identificação	321
4.3. Denúncia anônima.....	322
4.4. Solicitação e reiteração de informações aos magistrados	323
4.5. Réplica	324
4.6. Fundamentação	325
4.7. Hipótese de arquivamento liminar da reclamação disciplinar.....	325
4.8. Critérios para aferição da razoável duração do processo.....	327
4.9. O arquivamento monocrático das representações e o tempo morto	334
4.10. Obrigatoriedade da comunicação da decisão de arquivamento ao CNJ.....	337
4.11. Superveniente normatização no Código de Processo Civil	338
4.12. O tempo de tolerância	341
4.13. Contagem do prazo: dias corridos	343
5. Reclamação Disciplinar (RD).....	344
5.1. Procedimento	344
5.2. Solicitação de informações e réplica.....	345
5.3. Emenda ao pedido inicial.....	345
5.4. Reclamação contra matéria jurisdicional.....	345
5.5. Ausência de indicativos de conduta irregular do magistrado	347

5.6.	Reiteração de reclamações disciplinares.....	347
5.7.	Embargos de declaração das decisões de arquivamento	348
5.8.	Recursos contra a decisão monocrática de arquivamento	350
5.9.	O abuso do direito de reclamar.....	351
6.	Sindicância.....	352
6.1.	Prescindibilidade do procedimento	353
6.2.	Defesa.....	354
7.	Processo Administrativo Disciplinar (PAD).....	355
7.1.	Breves apontamentos sobre a Resolução n. 135/2011 e a superveniência do julgamento da ADI n. 4638/DF em 2023.....	355
7.2.	Princípios.....	359
7.2.1.	Presunção de inocência.....	359
7.2.2.	Contraditório.....	360
7.2.3.	Ampla defesa	361
7.2.4.	Devido processo legal.....	362
7.2.5.	Retroatividade da norma mais benéfica	364
7.2.6.	Dignidade da pessoa humana.....	365
7.2.7.	Proporcionalidade	366
7.2.8.	Publicidade	367
7.3.	Defesa prévia.....	368
7.4.	Contagem dos prazos processuais.....	370
7.5.	Quórum para instauração	370
7.6.	Hipóteses de afastamento cautelar e provisório de magistrado à luz do julgamento da ADI n. 4638/DF em 2023.....	372
7.6.1.	Instauração do Processo Administrativo Disciplinar (PAD).....	372
7.6.2.	Investigação criminal ou processo penal	380
7.6.3.	Ação Civil Pública.....	382
7.7.	Manifestação do Ministério Público	383
7.8.	Relatoria	384
7.9.	Fase de citação e defesa.....	384
7.10.	Nomeação de advogado dativo.....	385
7.11.	Requisitos da portaria do processo administrativo.....	385
7.12.	Fase de instrução probatória.....	386
7.12.1.	Quebra do sigilo bancário, telefônico, fiscal e a paradigmática ADI n. 4709	388
7.12.2.	Suspensão do perfil das Redes Sociais	392
7.12.3.	Prova emprestada.....	395
7.12.4.	Prova documental.....	397
7.12.5.	Prova testemunhal.....	398
7.12.6.	Prova pericial	399
7.12.7.	Interrogatório.....	400
7.12.8.	Confissão.....	400
7.13.	Sessão de julgamento	401
7.13.1.	Intimações.....	401
7.13.2.	Composição do quórum e afastamentos	402
7.13.3.	Dispersão de votos.....	403
7.13.4.	Prorrogação do processo	405
7.14.	Aposentadoria voluntária superveniente	406

Penalidades aplicáveis aos magistrados no âmbito administrativo 409

1.	Advertência	410
2.	Censura	411
3.	Remoção compulsória.....	412
4.	Disponibilidade conforme Resolução CNJ n. 563/2024	416
4.1.	Balizamento na dosimetria.....	424
5.	Aposentadoria compulsória punitiva.....	426

6.	Demissão	429
7.	Anotação e exclusão no assentamento funcional	431
8.	Controle do processo administrativo disciplinar pelo Poder Judiciário	433
9.	TAC (Termo de Ajustamento de Conduta)	434
9.1.	Mecanismos consensuais de resolução de conflitos	434
9.2.	A conciliação disciplinar é utilizada em outros países?	439
9.3.	A superveniência do Provimento n. 162/2024 do CNJ	442
10.	Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação	449
10.1.	Infração disciplinar de natureza grave.....	449
10.2.	Alteração no Código de Ética da Magistratura Nacional.....	451

9

Prescrição 453

1.	Aspectos gerais da prescrição	453
2.	Prazo prescricional no Processo Administrativo Disciplinar contra magistrados	454
3.	Necessidade ou não do processo criminal para aplicação dos prazos penais	455
4.	Considerações sobre o termo inicial da prescrição	457
5.	Prescrição intercorrente da pretensão disciplinar.....	457
6.	Imprescritibilidade.....	458
7.	Novo regramento para prescrição e decadência em processos disciplinares de competência originária e revisional do CNJ	460

10

O gabinete dos Corregedores-Gerais 467

1.	Plano de Gestão Administrativa e Judiciária	467
2.	Inventário e acompanhamento dos processos	467
3.	Comunicação de reuniões.....	468
4.	Plantão das Corregedorias-Gerais.....	468
5.	Qualificação interna.....	469
6.	Divisão interna das atribuições	469
7.	Juizes convocados pelas Corregedorias-Gerais	471

11

Função fiscalizatória das Corregedorias-Gerais 475

1.	Considerações iniciais.....	475
2.	Modalidades	477
2.1.	Correição ordinária	477
2.2.	Correição extraordinária	477
2.3.	Autoinspeção ordinária anual das unidades judiciárias	477
2.4.	Inspeção do CNJ nos Tribunais à luz do Provimento n. 156/2023	479
2.5.	Correição presencial e virtual.....	484
2.6.	Inspeções judiciais em unidades prisionais.....	486
3.	Calendário decurso de correição.....	487
4.	Pré-correição	489
5.	A atualização e a padronização das correições	490
6.	A informatização das correições.....	491
7.	Atas correcionais	492
7.1.	Aspectos gerais de avaliação.....	493
7.2.	Aspectos específicos da avaliação.....	494
8.	Relatório Reservado (RR)	495
8.1.	Aspectos quantitativos e qualitativos	495
8.2.	Objeto principal da avaliação	499
8.3.	Itens sopesados nas correições	500
8.4.	Seleção dos processos avaliados	502

8.5.	Mesa do Corregedor e mesa do magistrado.....	503
8.6.	Elogio na ficha funcional.....	504
8.7.	Entrega pessoal dos relatórios reservados pelo Corregedor-Geral.....	504
8.8.	Número anual de unidades judiciárias submetidas a correição.....	505
8.9.	Interpretação do conceito de unidade judiciária	507
8.10.	Correição dos juízes vitaliciandos.....	508
8.11.	Critério para designação dos magistrados submetidos a correição	509
8.12.	Correição dos juízes substitutos em segundo grau	510
8.13.	Afastamento do magistrado da jurisdição durante a correição	512
8.14.	Quantidade de unidades judiciárias.....	512
8.15.	Periodicidade das correições.....	513
8.16.	Correição devolutiva.....	513
8.17.	Prazo para entrega das atas e do relatório reservado.....	514
9.	Pós-correição.....	515
9.1.	Responsabilidade pelo cumprimento da ata correicional.....	515
9.2.	Publicidade das atas	516
10.	Delegação de atos.....	516
11.	Limites da atividade correicional.....	518
11.1.	Infração disciplinar <i>versus</i> entendimento jurídico	518
11.2.	Sistema de consequências	520

12

Função formadora.....	521
1. Vitaliciamento	521
2. O juiz formador	527
3. Atribuições	528
4. Inovações no Sistema Informatizado do Vitaliciamento.....	533
5. Assunção tardia e lista de antiguidade.....	535

13

Função orientativa e de apoio	537
1. Capacitação jurídico-administrativa	537
2. Compilação de jurisprudência do Tribunal Estadual.....	540
3. Publicações	540
4. Boletim Informativo Mensal e Relatório Trimestral e Anual	540
5. Orientação nos perfis de demandas e ações repetitivas ou predatórias.....	541
6. Força-tarefa e mutirões.....	543

14

Unificação e aprimoramento do sistema correicional.....	549
1. Colégio Permanente de Corregedores-gerais dos Tribunais do Brasil (CCOGE).....	549
1.1. Principais objetivos.....	549
1.2. Deveres das Corregedorias-Gerais	551
1.3. Cartas dos encontros do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais (EN-COGE)	552
2. Fórum Nacional das Corregedorias	579
2.1. Principais objetivos	579
2.2. Fóruns Nacionais das Corregedorias (FONACOR).....	580
Referências Bibliográficas	587